

## Machado, a Sociedade Anônima e a Modernidade Impossível

Judith Martins-Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade de São Paulo

Brasil

**Resumo:** Esse ensaio analisa duas metáforas – a do arrabalde cartaginês na aula ateniense com a do leitor que inesperada, mas inevitavelmente sempre ali está, sempre aparece, completando a primitiva narração – para costurá-las com fios nem sempre tênues da ironia. Também as encontramos não só no dito, mas ela está *no como dito*, na riqueza estética que condensa a complexidade extrema dos significados de sua ironia. E ela continua no modo como trabalhamos a ironia machadiana, completando com o nosso olhar, nossas práticas, silêncios e subentendidos o texto literário.

**Palavras-Chave:** Ironia; Machado de Assis; Estrutura Social, Econômica e Jurídica.

**Abstract:** This essay analyzes two metaphors – the one of the Carthaginian suburbs in the Athenian class with the one of the reader who unexpectedly, but inevitably is always there, always appears, completing the primitive narration – in order to intertwine them with lines not always tenuous of irony. Also, we see them not only in the said, but it is *in how it is said*, in the aesthetic richness which condenses the extreme complexity of the meaning of its irony. And it goes on in the way how we work on Machado's irony, completing the literary text with our view, our practices, silences and implicitness.

**Key-words:** Irony; Machado de Assis; Social, economical, juridical structure;

*Com dez sinais árabes, é incrível o que se pode variar na despesa e na escrituração.* (Machado de Assis)

Introdução: I) Cartago e Atenas: a sociedade anônima num país de latifúndio e escravidão. II) *Lector in fabula*: rentistas ou acionistas?

Nas primeiras páginas de *A Vida de Machado de Assis*, Luis Viana Filho recorda uma carta de seu biografado que, instado a escrever sobre uma das instituições culturais fundadas no Brasil por portugueses, deixa, como gratidão às muitas horas passadas no Gabinete Português de Leitura, a seguinte mensagem aos amigos lusitanos que viviam do comércio, mas se interessavam pelas boas letras: “Tem-se por efetiva e constante a incompatibilidade do ofício mercantil com os hábitos do espírito puro; os portugueses na América não raro mostram que as duas cousas podem ser paralelas, não inimigas – *“e que há um arrabalde em Cartago para uma aula de Atenas”*”.<sup>1</sup>

Num texto famoso entre os que não deixam de se espantar pelo cotidiano milagre da literatura, Umberto Eco parodiando uma expressão coloquial da língua italiana – *lupus in fabula*, que equivale ao nosso “falou no diabo” (usada quando uma pessoa da qual se acabou de falar aparece de repente) cunhou a ideia do “*lector in fabula*”. Em toda a narração, diz ele, sempre há um leitor e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história”<sup>2</sup>. Assim Eco introduz o problema da atividade cooperativa que leva o destinatário do texto a dele retirar tudo aquilo que ele não diz, mas pressupõe, promete, implica ou deixa implícito, de modo a preencher os seus espaços vazios, a

<sup>1</sup> Machado de Assis, carta a um amigo, junho de 1884, trecho citado e transcrito por VIANA FILHO, Luis. *A Vida de Machado de Assis*. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis. Rio de Janeiro, José Olympio 1989, p. 9

<sup>2</sup> ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Le Rôle Du lecteur ou La coopération interprétative dans les textes narratifs. Trad. Francesa de Myriem Bouzaher, Paris, Grasset, 1985. O tema é retomado em *Seis Passeios pelo Bosque da Ficção*. Trad. De Hildegard Feist. 6ª reimpressão São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 7. Tenha-se presente, ainda, a observação de Gledson para quem na análise da obra machadiana “este conhecimento do contexto seja um preliminar imprescindível a total compreensão válida delas, inclusive a literária”. (GLEDSON, John, Introdução a *A Semana – crônicas* (1892-1893). São Paulo, Hucitec, 1996, p. 12)

ligar ao que está no texto ao universo de intertextualidade em que nasceu ou irá se desenvolver.

Talvez inspirada pela machadiana “arte das transições”, consistente em unir dois tópicos sem relação aparente, mas que, justapostos, oferecem resultado surpreendente<sup>3</sup>, minha ideia é juntar essas metáforas – a do arrabalde cartaginês na aula ateniense com a do leitor que inesperada, mas inevitavelmente sempre ali está, sempre aparece, completando a primitiva narração – para, costurando-as com fios nem sempre tênues da ironia, buscar saber: o que exatamente preenche os espaços vazios que transparecem quando o ateniense Machado volta aos olhos, em suas crônicas, para uma Cartago que vem de se instalar na capital da República recém instaurada?

#### **I) Cartago e Atenas: a sociedade anônima num país de latifúndio e escravidão.**

A Cartago da Antiguidade foi à cidade do comércio por excelência. A Cartago de que falo é a sociedade anônima, uma estrutura jurídica, econômica e social que, tendo suas origens nas grandes companhias coloniais do séc. XV já foi denominada a mais característica instituição do mundo moderno<sup>4</sup>, típico e paradigmático modelo que discerne, radicalmente, o nosso mundo do mundo antigo<sup>5</sup>. Com “a arte de dizer as cousas sem parecer dizê-las” Machado dirigirá a essa instituição o “olhar oblíquo do cronista”<sup>6</sup>, não poupando com o áspero chicote de sua sátira acionistas, assembléias, dividendos e deliberações.

<sup>3</sup> Refere a “arte das transições” machadiana GLEDSON, John. J.M.Machado de Assis, Bons Dias! Crônicas, 1990, p. 12.

<sup>4</sup> Lembra Comparato que a famosa polêmica marxista entre a revolucionária Rosa Luxemburgo e o reformista E. Bernstein inclui, entre seus pontos centrais, a discussão sobre o direito societário. Para Bernstein, a possibilidade de criação de uma democracia acionária, que ele entrevia à época (Alemanha do início do século XX) era uma das principais esperanças contra a tendência à monopolização crescente do capital – cf. o “Prólogo” de E. Sader à obra de R. Luxemburgo, *Reforma social ou revolução*, São Paulo, Global, 1986). (COMPARATO, Fábio Konder. O Poder de Controle na Sociedade Anônima.)

<sup>5</sup> ASCARELLI, Túlio. Princípios e problemas das sociedades anônimas. In: Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado. São Paulo, Saraiva, 1945, p. 335 et seqs, Idem em: Usos e Abusos das Sociedades Anônimas. Fasc. 460. Revista Forense, Rio de Janeiro, outubro de 1941, p. 13.

<sup>6</sup> Fala do “olhar oblíquo do acionista” FRANCO, Gustavo. A Economia em Machado de Assis. O Olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Em muitos dos mais de 600 textos que escreveu sob nome próprio ou utilizando 22 pseudônimos diferentes, em vários veículos, mas, especialmente, na Gazeta de Notícias, se revela o Machado-observador. Sob um repetido bordão - “não sei finanças” -, testemunha o momento de passagem do país católico, arcaico, latifundiário e escravagista, para um país que, nas ondas do Encilhamento e da República, se quer anglo-saxão, moderno “carregado de burguesia”<sup>7</sup>. Rui Barbosa, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do governo Deodoro da Fonseca, querendo substituir a antiga estrutura agrária baseada na exportação de café e promover a industrialização na então recentíssima República dos Estados Unidos do Brasil (outra imitação dos Estados Unidos da América) tratou de lançar as bases de uma política industrial inspirada na legislação protecionista americana de 1862, adotada por Lincoln. Para tanto, recorreu a um arcabouço jurídico também importado dos Estados Unidos apoiando, com medidas legais, a emergência de sociedades por ações. Sub-pairando aos novos textos legais estava a esperança (de inspiração protestante ou weberiana) de a população tirar sua poupança dos velhos potes de barro, deslocando-as para a aquisição de ações, servindo esta operação como lastro para financiar a futura produção industrial.

Mas como já observara Roberto Schwarz nos anos 70, quando as ideias viajam *elas podem, deslocadas, ser verdadeiras ou falsas num sentido inverso*, alimentando “contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, conciliações, contradições”<sup>8</sup>, tudo levando à “composição arlequinal” de que falara Mário de Andrade<sup>9</sup>, isto é: “ao desacordo entre a representação e o contexto”<sup>10</sup>.

No contexto originário da sociedade anônima, *imago* da empresa moderna, está a ideia da colheita de um grande capital por meio do apelo a numerosas camadas da população que confiam a uma administração o emprego dos seus recursos, conciliando-se, assim, a unidade no comando da empresa com a participação de um

---

<sup>7</sup> A expressão é de PROENÇA, Domício. Permanência e Atualidade da Ficção Machadiana. In: Machado de Assis – Melhores Contos. São Paulo, Global, 2002, p. 11.

<sup>8</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: Ao Vencedor as Batatas, São Paulo, Duas Cidades-Editora 34, 2ª Ed, 2000, p. 21.

<sup>9</sup> A expressão está em SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: Ao Vencedor as Batatas, São Paulo, Duas Cidades-Editora 34, 2ª Ed, 2000, p. 25.

<sup>10</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: Ao Vencedor as Batatas, São Paulo, Duas Cidades-Editora 34, 2ª Ed, 2000, p. 25.

elevado número de pessoas na formação do capital. Desde que se expandiu pelo mundo (europeu, primeiramente, depois norte-americano), alavancando a construção do capitalismo, sua ideia-mestra se estrutura na quebra de dois antigos dogmas, quais sejam, o do patrimônio como garantia geral do crédito e o da associação “natural” entre a propriedade do capital e a sua gestão. A peculiaridade explicativa de sua expansão moderna reside, justamente, na limitação da responsabilidade patrimonial e na dissociação entre o capital e o controle, entre a propriedade e a gestão, comportando mecanismos de proteção às chamadas minorias acionárias<sup>11</sup>, razão pela qual é a SA tida como a forma democrática por excelência de sociedade comercial.

Ocorre que, ainda hoje o sistema brasileiro é caracterizado por uma extrema concentração em mãos dos controladores, tornando – dizem os comercialistas – “esdrúxulos” e “inúteis” certos mecanismos legais<sup>12</sup>.

Aí está uma síntese da “lei de aclimação” satirizada por Machado numa crônica de 3 de março de 1885. “Você repare que cada coisa tem o seu nome; mas o mesmo nome pode não corresponder a coisas ou pessoas semelhantes”, dirá a propósito de assembléia geral de acionistas da Companhia de Carris Urbanos, a ironia, quase sátira, servindo para denunciar o *nonsense* de uma assembléia que só toma medidas incoerentes, como aprovar, concomitantemente, uma proposta para reconstituir o capital por meio de medidas que ainda se vão descobrir e estudar e outra para distribuir provisoriamente os dividendos de trimestre em trimestre. “Na vida comum”, escreve Machado, estas duas propostas pareceriam excluir-se. “Nas associações, o caso é diferente”.

A introdução, a golpes de lei, de uma economia monetária num país sem indústria, recém chegado ao fim legal da escravidão, cuja maioria da população, livre

---

<sup>11</sup> A noção de “minorias” é peculiar (“minorias relativamente ao voto”, ou “minorias políticas”), como aponta GUERREIRO, José Alexandre Tavares. O Conceito de Acionista Minoritário e o Direito das Minorias. In: Revista de Direito Público n. 76, ano XVIII, 1985, pp. 259-264.

<sup>12</sup> Assim SALOMÃO FILHO, Calixto e STELLA RICHTER Mario. Interesse Social e Poderes dos Administradores na Alienação de Controle. In: *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 32, n. 89, p. 65-78, 1992. A expansão da proteção às minorias é recente, tendo sido objeto da reforma em 2001, da Lei das SA (Lei .404/75) e na Lei da CVM (Lei n. 6.385/76, que criou a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disciplinando o mercado de capitais. A reforma legislativa, consolidada pela Lei 10.411, de 26.2.2002 propiciou a delegação de novos poderes à CVM para regular o mercado acionário, especificamente o mercado de futuros e de *commodities*, viabilizando maior independência à mencionada autarquia.

ou cativa, vivia do *favor* – nossa categoria sociológica por excelência<sup>13</sup> – e não das relações contratuais que tendem à impessoalidade, base do igualitarismo democrático, levou ao desatino tresloucado das emissões sem lastro, das fortunas que, do dia para a noite, se erguiam no papel, da expansão do crédito dissociadamente do investimento na produção, da intensa especulação de ações, tudo atraindo uma fauna de escroques, trapaceiros e arrivistas, muitos dos que ainda hoje se etiquetam como a nossa *élite*<sup>14</sup>.

O Encilhamento é de 1891 e seus efeitos conduzindo ao paroxismo do “cada um por si”<sup>15</sup> desencadearam o imediato olhar machadiano. O termo *encilhamento* define o momento, nas corridas de cavalo, em que a iminência da largada era indicada pelo apertar das cilhas (tiras de couro) nas selas dos cavalos, sendo também o momento em que os apostadores tentavam comprar desistências dos jóqueis já preparados para montar, havendo – ou podendo haver – negociações escusas, cavilosas combinações de resultados. O encilhamento marcava, pois, um momento de grande nervosismo refletindo-se as tensões no frenesi das apostas<sup>16</sup>. Por analogia, chamou-se Encilhamento à política a de emissão de dinheiro em grande quantidade que redundou numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores.

<sup>13</sup> Introduce essa categoria R. Schwarz, explicitando:“(…) a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os dois primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm. (...) Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, essa assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mas variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc”. SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo, Duas Cidades-Editora 34, 2ª Ed, 2000, p. 16.

<sup>14</sup> O momento é magistralmente abordado por TAUNAY, Visconde de. *O encilhamento: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971. As agitações econômicas, lembra Sevcenko citando Taunay, “apuravam os elementos predispostos à fome do ouro, à sede de riqueza, à sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação, do triunfo”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 37. Ver, neste volume, o ensaio de RAMOS, Ricardo E. *Risco e Mercado no Direito Privado, desde O Encilhamento, do Visconde de Taunay*.

<sup>15</sup> Assim crônica de Lima Barreto citada por SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 55-56.

<sup>16</sup> LEVY, Maria Barbara; in *Economia no Brasil, uma visão histórica*; Neuhaus, Paulo (org.); Rio de Janeiro; Campus; 1980; p. 191-255.

Na crônica de 18 de dezembro de 1892 a referência ao Encilhamento é direta: Se já não bastasse essa satírica metáfora Machado irá duplicá-la, como num espelho irônico: o Encilhamento é um personagem coletivo, a “multidão de gente” concentrada em frente à Bolsa que o impede de passar na rua; que ali está não para um *meeting* político, nem para uma procissão, sequer para assistir a “artes de macaco”, mas para jogar no dinheiro que é “mais forte que o amor”. O amor verdadeiro, o que move o mundo, conclui, é o “amor à pecúnia”<sup>17</sup>, é o que outro seu contemporâneo, Lima Barreto, muito mais contundente, despregado de qualquer ironia, chamará de “um ferver de desejos caros e satisfações opulentas” conducente a “imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código”<sup>18</sup>, a “todos solicitando”, o próprio Rio de Janeiro sendo tido como “a capital do arrivismo”<sup>19</sup>.

Tanto se expande o amor à pecúnia, tanto o tema domina as conversas, nada mais deixando vicejar, que o cronista prefere falar de morte, tema mais vivo – ou mais *idílico* – que “tanta finança”: numa semana cheia de “projetos e projetos bancários, debates e debates financeiros, prisão de diretores de companhias, denúncia de outros, dois mil comerciantes marchando para o palácio Itamaraty a pé, debaixo d’água, processo Maria Antonia, fusão de bancos, alça rápida do câmbio, tudo isso grave, soturno, trágico”, Machado se confessa: isto tudo é de “um fastio que nunca mais acaba”. Naquela semana cuidou, portanto, da morte de Renan, e dela cuidou “por ser a única nota idílica, entre tanta coisa grave, soturna, trágica ou simplesmente enfadonha”<sup>20</sup>.

Não rimos com essas crônicas porque a ironia – dirá Jankélévitch – é sempre muito cruel para ser cômica<sup>21</sup>. A ironia desvenda o panorama cruel das vítimas inocentes do Encilhamento, os confiantes depositantes que falam “desventuras” ao invés de “debêntures”<sup>22</sup> e, desventurados, tudo perdem aos modernos carneiros que ao contrário daqueles bíblicos, não são passados no fio da espada: os novos carneiros

<sup>17</sup> Crônica de 18 de setembro de 1892, A Semana.

<sup>18</sup> LIMA BARRETO. Recordações do Escrivão Isaias Caminha, PP. 191.

<sup>19</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 36.

<sup>20</sup> Crônica de 9 de outubro de 1892, A Semana.

<sup>21</sup> JANKÉLÉVITCH, Wladimir. L’ironie. Champs - Flammarion, Paris, 2005, p. 9.

<sup>22</sup> Crônica de 2 de janeiro de 1893, A Semana.



não só conservaram a vida, diz Machado, “mas receberam ontem algumas ações de sociedades anônimas”<sup>23</sup>

O panorama pode ser cruel para as vítimas, para os cerca de 85 por cento analfabetos brasileiros de 1890<sup>24</sup>, pode ser enfadonho para o cronista que assim ironiza a inutilidade da repetição de o ver e descrever, mas certamente não é nem cruel nem enfadonho para os que dele se beneficiam comprando o que não existe, pesando com duas espécies de quilo – o de peso justo e o mal pesado – recebendo ou passando notas falsas que valem desde que mantenham o nome<sup>25</sup>. Nada será enfadonho para esse personagem que só mudou de nome – de diz agora “acionista”, como antes fora “doutor” sem doutorado - mas não mudou de função: é o parasita, o que vive do trabalho alheio, como o latifundiário escravista, é o “conteúdo da tardia nação mercantilista” – como diz Gustavo Franco lembrando Jorge Caldeira<sup>26</sup> - o homem que, radicalmente afastado do mundo do trabalho, vive das rendas, sejam as proporcionadas pelos “negros de ganho” alugados nas ruas, sejam as que vêm das ações jogadas na Bolsa.

É esse o acionista satirizado por Machado em crônica de 17 de novembro de 186: “Que será do novo banco?/ Interroga toda gente; / Respondem uns que um barranco,/ outros dizem que uma enchente. / Certo é que andaram milhares/ De contos, contos e contos,/ uns por terra, outros por mares/ Contos por todos os pontos.”

Ao som do anúncio de um novo banco os acionistas “caiam como sardinhas, pulavam como baleias”. Menos Machado, o céptico, que diz: “Ai sonho! Ai diva quimera!/ pudesse eu entrar na dança! Aí viçosa primavera! Ai verde flor da esperança! Nem eu nem meu compadre/ Euzébio Vaz Quintanilha, Que por mais que corra e ladre,/ nenhum grande emprego pilha”.

<sup>23</sup> Crônica de 2 de janeiro de 1893, A Semana.

<sup>24</sup> A estatística está em crônica de José Veríssimo: “O numero de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo estatística oficial, era, em uma população de 14.333 915 habitantes, de 12.213 356, isto é, sabiam ler apenas 14 ou 15 em cada 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. (Transcrita por SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 110).

<sup>25</sup> Crônica de 5 de fevereiro de 1893, A Semana.

<sup>26</sup> FRANCO, Gustavo. A Economia em Machado de Assis. O Olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro, Zahar, 2008, p.24.



Como observa Gustavo Franco<sup>27</sup> a tríplice imagem do banco/ barranco/ enchente “não poderia ser mais feliz para retratar o impasse de vários anos entre “papelistas”(isto é: os que apostavam na política de emissão financeira sem lastro) e os “metalistas” (os críticos dessa política econômica): o novo banco ia ser uma “enchente” se funcionasse como preconizado pelos “papelistas” mas seria o contrário – um “barranco” - se tivessem razão os metalistas. -

No Brasil republicano que se inaugura sob o signo do Encilhamento é o acionista um personagem díspar e distante daquele analisado por Max Weber que arranca *da ética do trabalho* a construção da modernidade jurídica; está também muito distante de Cesar Birotteau, o ingênuo e trágico comerciante retratado 50 anos antes de Machado escrever as suas *Crônicas* por Honoré Balzac, pequeno burguês enriquecido à custa de trabalho que tudo perde, mas se empenha, com a fidelidade do amigo Popinot, a não perder *a honra de comerciante*, reembolsando todos os credores e assim pagando o débito de confiança.

Ética, honra, trabalho, perseverança, palavra dada, confiança: são palavras encantadas no mundo cartaginês observado pelo ateniense Machado, seu sentido sendo radicalmente deslocado num país de encilhamento, latifúndio e escravidão. Aqui a ironia traduz a aporia: se para a cidade frívola a ironia pedagógica de Sócrates configurava uma espécie de “*remords vivants*”<sup>28</sup>, remorso em vivo, em nossas cidades frívolas escutamos Machado há cem anos, mas, ao invés do que ocorria com atenienses inquietos depois de ouvir Sócrates, continuamos a dormir sossegados sobre as nossas surdas orelhas, incapazes de romper a aporia do individualismo e da ausência cooperação transubjetiva.

## II) *Lector in fabula: rentistas ou acionistas?*

Em carta a Capistrano de Abreu datada de 10 de janeiro de 1880, Machado de Assis, trocando ideias sobre “o que era” o recém-lançado Brás Cubas diz não saber

<sup>27</sup> FRANCO, Gustavo. A Economia em Machado de Assis. O Olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro, Zahar, 2008, p. 62.

<sup>28</sup> JANKÉLÉVITCH, Wladimir. L’ironie. Champs - Flammarion, Paris, 2005, p. 12.

se escrevera dissertação moral ou desfatio humorístico<sup>29</sup>. Mas no próprio Brás Cubas já dissera o que era o livro - “obra supinamente filosófica, de uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, cousa que não edifica nem destrói, nem inflama nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos do que apostolado”.

“Cousa que não edifica nem destrói”, a ironia machadiana confirma a realidade nem sempre chegando a inquietar e a despertar os seus *lectores in fabula* : necessários interlocutores do texto machadiano, ainda hoje nós os completamos com a nossa inércia conformista, por vezes fazendo ainda menos que “o movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência<sup>30</sup>”. A ironia não nos mobiliza, não nos leva à ação mais agindo como a máscara de Medusa, petrificante e perenizante. Adoramos o “diletantismo do paradoxo e do escândalo”<sup>31</sup> que é a forma descritiva do cinismo e continuamos a dissociar forma e função.

Mas na modernidade jurídica as formas são funções e a função da sociedade anônima é a de constituir uma dupla comunhão voluntária só compreensível e operável quando atuante uma ideia de comunidade cooperativa: comunhão de interesses e também de escopo, produzindo e distribuindo riqueza coletivamente – não individualmente, como a riqueza de quem é proprietário, pois o interesse é institucional, não individual. Na sociedade anônima, diz Fábio Comparato, há, necessariamente, atividade e esforço suprapessoal, há o que Clóvis do Couto e Silva denominou de “*dever de aplicação à tarefa suprapessoal, e exige-se disposição ao trabalho conjunto e a sacrifícios relacionados com o fim comum*”<sup>32</sup>.

Na sua base há, portanto, a ideia de um dever que se transubjetiva, que leva, por exemplo, à noção (à época de Machado inexistente entre nós) de uma responsabilidade pública pela qual as companhias de bonde “indenizam as vítimas

<sup>29</sup> Capistrano de Abreu, Correspondência, vol. I, p. 49, trecho citado e transcrito por VIANA FILHO, Luis. A Vida de Machado de Assis. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis. Rio de Janeiro, José Olympio 1989, p. 111.

<sup>30</sup> MACHADO de ASSIS. Teoria do Medalhão. Ora em: Machado de Assis – Seus Trinta Melhores Contos. 10ª impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003, pp. 85-94.

<sup>31</sup> A expressão é de JANKÉLEVITCH, Wladimir. L’ironie. Champs - Flammarion, Paris, 2005, p.15.

<sup>32</sup> COUTO E SILVA, Clóvis. *A Obrigação como Processo*, São Paulo, José Bushatsky, 1976, cit., p. 31.

dos desastres (ferimentos ou mortes) com avultadas quantias, tudo ordenado por lei”<sup>33</sup>. Nós não a tínhamos e por isso íamos “morrendo com a única despesa do enterro e o único lucro das orações”<sup>34</sup>; por isso muitas sociedades se iam – e ainda se vão - formando como *estratégias*, isto é, como formas, não como funções, formas de engordar uns espertalhões, limpar os bolsos dos crédulos e, como sempre, deixar à margem os que não podem ganhar porque nada têm sequer para perder.

No Rio de Janeiro da *Belle Époque*, capital de um arrivismo que desde então só se fez expandir, a *civitas* não era *comunitas* nem *polis*, “não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva”<sup>35</sup>, por isso sendo – como ironizou José Murilo de Carvalho - a capital de uma *res publica* que não foi<sup>36</sup>. Chamou-se de “acionista” o que era, em verdade, “rentista”, isto é: o ente atomizado e indiferente à participar substancialmente da comunidade societária, antes especulando com a sua inércia.

Ensinou Umberto Eco ser importante tomar os textos narrativos “a partir de baixo”, estudando como o texto, uma vez produzido, é efetivamente lido, de forma a perceber que toda a descrição de sua estrutura comporta a descrição dos movimentos que ele, o texto, acabar por impor<sup>37</sup>. No Direito tanto quanto na Literatura tratamos de narrações: os textos legais conformadores das sociedades anônimas tratam de narrar uma epopéia da modernidade, pela qual se possibilitou, com a limitação da responsabilidade e a “coletivização do capital no anonimato”<sup>38</sup>, a construção do capitalismo moderno. A construção dessa epopéia seguiu passos, das grandes

<sup>33</sup> Crônica de 23 de outubro de 1892, A Semana.

<sup>34</sup> A propósito: CORREA, André Rodrigues. *Solidariedade e Responsabilidade. O tratamento jurídico dos efeitos da criminalidade violenta no transporte público de pessoas no Brasil*. São Paulo, Saraiva – FGV, 2008. Tese vencedora do Prêmio Capes de Teses na área do Direito, 2009 (orient: Martins-Costa, Judith). Mostra o autor que apesar da introdução, no Direito positivo, da noção de solidariedade social como regra de juízo aplicável ao campo do Direito Civil, não se verificou, ainda, a alteração das regras, princípio e procedimentos mentais utilizados pela jurisprudência e pela doutrina para o descobrimento de problemas e a invenção de soluções coerentes e consequentes àquela noção, salvo aspectos muito pontuais e ainda não consensuais.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras 1999, p. 38.

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras 1999, p. 39.

<sup>37</sup> ECO, Umberto. *Lector in fabula. Le Rôle Du lecteur ou La coopération interprétative dans les textes narratifs*. Trad. Francesa de Myriem Bouzaher, Paris, Grasset, 1985, p. 8.

<sup>38</sup> A expressão é de LAMY Filho, Alfredo. *A sociedade por ações e a empresa (Material para um debate em aula no IEDE – Instituto de Estudos do Direito da Economia, 1998)*. In: *Temas de S.A.* Rio de Janeiro, Renovar, 2007, p.21.

Companhias estatais dos séculos XVI e XVII à Revolução Industrial e desta à Revolução pós-industrial de nossos dias, com os mercados financeiros de “natureza multicêntrica”<sup>39</sup> integrados em escala global. O certo, porém, que o domínio da finança sucede o da indústria, e não o *precede*. Quando se dá o inverso a descrição da “epopéia” há de cuidar para não ser apenas formal e ficcional, cabendo contrastá-la com a epopéia substancial da realidade, filtrada e infiltrada pela mentalidade comum, dos que, concomitantemente atores e autores, dizem o Direito, construindo-o no cotidiano<sup>40</sup>. A Literatura – também a História, e igualmente os jornais – são testemunhas dos usos e dos abusos, das fraudes e das mazelas da *pernicious art of stockloping* que, embora já denunciada pelo *Buble Act* inglês de 1770<sup>41</sup>, persiste, sorrateira, ainda em nossos dias, como demonstram o Banco Lehman Brothers e outros personagens pouco edificantes revelados pelo *credit crunch* do segundo semestre de 2008.

Se é verdade, como diz Comparato, que dentro das organizações sociais, “é preciso estar atento aos determinantes estruturais que fazem com que indivíduos se comportem de maneira cooperativa ou estratégica”,<sup>42</sup> encontramos na ironia machadiana sobre a sociedade do Encilhamento importantes pistas para a compreensão dessas reiteradas determinantes. Mas as encontramos também não só no dito: ela está *no como dito*, na riqueza estética que condensa a complexidade extrema dos significados de sua ironia, verdadeiro espelho de Perseu. E ela continua no modo como trabalhamos a ironia machadiana, completando com o nosso olhar, nossas práticas, silêncios e subentendidos o texto literário.

<sup>39</sup> A expressão é de FARIA, José Eduardo. Poucas Certezas e Muitas Dúvidas. O Direito Depois da Crise Financeira. In: Revista Direito GV, n. 10, vol. 5, jul-dez 2009, p. 306.

<sup>40</sup> Revelada, por exemplo, em outra passagem machadiana: “Se alguma cousa merecem os meus pecados, peço a Deus a vida precisa para nesses dias futuros incorporar uma companhia, receber vinte por cento das entradas, levantar um empréstimo para fazer a obra, não fazer a obra, fazer as malas e fazer a viagem do céu com escala para a Europa” (MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 3 de novembro de 1895, A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 29.

<sup>41</sup> ASCARELLI, Tullio. Usos e Abusos das Sociedades Anônimas. Fasc. 460. Revista Forense, Rio de Janeiro, outubro de 1941, p. 7 e ss; LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. Direito das Companhias. Vol. I. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2009, p. 7; LAMY Filho, Alfredo. A sociedade por ações e a empresa (Material para um debate em aula no IEDE – Instituto de Estudos do Direito da Economia, 1998). In: Temas de S.A. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, In: Temas de S.A. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, p. 12-13.

<sup>42</sup> COMPARATO, Fábio Konder. O Poder de Controle na Sociedade Anônima. Rio de Janeiro, Forense. 4ª.edição. 2005. Introdução.

*Lectores in fabula* que somos, quando enfim compreenderemos a pedagogia da ironia e, ultrapassando a aporia, assumiremos a parcela da nossa participação nas estratégias que continuam levando, passados 100 anos da morte de Machado de Assis, à reiteração das nossas misérias?

## Referências

ASCARELLI, Tullio. Princípios e problemas das sociedades anônimas. In: Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado. São Paulo, Saraiva, 1945,

ASCARELLI, Tullio. Usos e Abusos das Sociedades Anônimas. Fasc. 460. Revista Forense, Rio de Janeiro, outubro de 1941, p. 7.

ASCARELLI, Tullio. Sociedades Anônimas e Direito Comparado. In: Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado. São Paulo, Saraiva, 1945, p. 33.

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras 1999, p. 38.

COMPARATO, Fábio Konder. O Poder de Controle na Sociedade Anônima. Rio de Janeiro, Forense. 4ª.edição. 2005

COUTO E SILVA, Clóvis. *A Obrigação como Processo*, São Paulo, José Bushatsky , 1976.

ECO, Umberto. Lector in fabula. Le Rôle Du lecteur ou La coopération interprétative dans les textes narratifs. Trad. Francesa de Myriem Bouzaher, Paris, Grasset, 1985.

ECO, Umberto. Seis Passeios pelo Bosque da Ficção. Trad. De Hildegard Feist. 6ª reimpressão São Paulo, Companhia das Letras, 2002

FRANCO, Gustavo. A Economia em Machado de Assis. O Olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro, Zahar,2008.

GLEDSON, John. J.M.Machado de Assis, Bons Dias! Crônicas, 1990.

GLEDSON, John, Introdução a A Semana – crônicas (1892-1893). São Paulo, Hucitec, 1996.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. O Conceito de Acionista Minoritário e o Direito das Minorias. In: Revista de Direito Público n. 76, ano XVIII, 1985, pp. 259-264.

JANKÉLEVITCH, Wladimir. L'ironie. Champs - Flammarion, Paris, 2005.

LAMY Filho, Alfredo. A sociedade por ações e a empresa (Material para um debate em aula no IEDE – Instituto de Estudos do Direito da Economia, 1998). In: Temas de S.A. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, pp. 1-34.

LAMY Filho, Alfredo. Textos sobre a Reforma da Lei das SA. In: Temas de S.A. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, pp. 35-120.

LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. Direito das Companhias. Vol. I. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2009.

LEVY, Maria Barbara; in Economia no Brasil, uma visão histórica; Neuhaus, Paulo (org.); Rio de Janeiro; Campus; 1980; p. 191-255.

LIMA BARRETO. Recordações do Escrivão Isaias Caminha. 10ª ed. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

MACHADO de ASSIS, carta a um amigo, junho de 1884, transcrito por VIANA FILHO, Luis. A Vida de Machado de Assis. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

MACHADO de ASSIS. Teoria do Medalhão. In: Machado de Assis, seus trinta melhores contos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 10ª impressão, 2003, p. 85.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 1º de janeiro de 1893, A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 199.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 18 de setembro de 1892, A Semana, A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 121.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 9 de outubro de 1892, A Semana, A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 137.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 23 de outubro de 1892, A Semana. , A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 148.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 5 de fevereiro de 1893, A Semana. , A Semana. In: Obras Completas de Machado de Assis, Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc., 1955, p. 223

PROENÇA, Domício. Permanência e Atualidade da Ficção Machadiana. In: Machado de Assis – Melhores Contos. São Paulo, Global, 2002.

Prólogo” de E. Sader à obra de R. Luxemburgo, *Reforma social ou revolução*, São Paulo, Global, 1986

SALOMÃO FILHO, Calixto e STELLA RICHTER, Mario. Interesse Social e Poderes dos Administradores na Alienação de Controle. In: *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 32, n. 89, p. 65-78, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

TAUNAY, Visconde de. O encilhamento: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

VIANA FILHO, Luis. A Vida de Machado de Assis. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis. Rio de Janeiro, José Olympio 1989.

Recebido em 11 de agosto de 2011.

Aprovado em 19 de agosto de 2011.